



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Jornal de Piracicaba

Data: 10/12/2015

Caderno/Link: Opinião

Assunto: Ilações sobre as barragens malditas

Ilações sobre as barragens malditas

Após cerca de um mês do desastre de Mariana, as 'autoridades governamentais' alardeiam que não conseguem encontrar as causas do rompimento das barragens do Fundão e de Santarém, esta última com mais de dois anos de licença vencida, causadoras do maior desastre ambiental da história do Brasil. Essas são as tristes notícias deste último final de semana, no canal Globo News, na revista Veja e nos comentários das redes sociais. As 'autoridades', constituída certamente por um grupelho de 'paus mandados' de políticos corruptos, imaginam que todos os brasileiros são pobres ignorantes ou ingênuos 'vaquinhas de presépio'. É certo que a causa maior foi a imprudência dos diretores da mineradora Samarco, ao construir e operar barragens de terra marginalizando os parâmetros de Engenharia associados a fatores de risco de ruptura. A falta de sistemas de alarme sonoro é um forte indício desse inadmissível desleixo. Está na cara que as provas para diagnóstico das causas técnicas do rompimento das barragens estão irremediavelmente perdidas, levadas pelo mar de 50 milhões de metros cúbicos de lama que destruiu Bento Rodrigues e a biodiversidade da calha do Rio Doce e dos manguezais de sua foz no Espírito Santo. Pois bem, 'barragens de terra' é pauta de disciplinas de Mecânica de Solo e de Hidráulica Aplicada dos currículos de Engenharia Civil, Engenharia Agrônoma e de Engenharia Agrícola; então se trata de 'expertise' que pode ser obtida aqui mesmo! Assim sendo, não há como dar outro nome a real causa dessa pavorosa catástrofe, que não seja fiscalização! Quem são os agentes, no plano municipal, estadual e federal, que têm por função fiscalizar tais obras? Será que esses funcionários públicos têm um protocolo cronológico de procedimentos de verificações e identificação de parâmetros de Mecânica do Solo para riscos de ruptura de barragens de terra? Será que tais agentes tem formação técnico-científica para exercerem a função de fiscais em aspecto de tão importante magnitude na Política Sócio Ambiental? Por que o Ministério Público ainda não solicitou uma investigação rigorosa sobre esses agentes? Certamente, dá para fazer ilações sobre corrupção como pano de fundo num chamamento à Responsabilidade Civil Objetiva nesse cenário.

Luiz Geraldo Mialhe - prof. aposentado da Esalq

